

EDITORIAL

Editorial

Neste ano do cinquentenário do CEAS e que a revista *Cadernos do CEAS* completa 48 anos, celebrados num encontro latino americano de centros e movimentos sociais, em Salvador, a princípio de junho, é com muita satisfação que entregamos aos nossos leitores e leitoras sua edição 240 a qual, na maioria dos seus artigos, trata de uma temática essencial em nossas reflexões e debates: os movimentos sociais, suas questões centrais, avanços e desafios a serem enfrentados face ao contexto sócio-histórico e político, sempre dinâmico, sempre em mutação. Deste modo, no contexto atual de retrocessos nas políticas públicas agrária e agrícola, o artigo ***A cidadania de Zé Francisco e a história 'feita de baixo': Os movimentos sociais de luta pela terra. Parte I: Da ditadura militar à redemocratização***, foi escrito em homenagem ao CEAS, em razão do apoio histórico prestado aos movimentos sociais, pelo professor de Antropologia da Universidade de Liverpool, Inglaterra, Colin Henfrey, que se propõe a apresentar um panorama da luta pela terra nas décadas de 1970 e 1980, partindo do Estado da Bahia até o Acre. Enfatiza a dinâmica da história camponesa nos níveis locais e regionais e examina aspectos políticos em torno da questão da reforma agrária. É um texto que será ampliado, pois o autor propõe retomar a história das comunidades estudadas, retomando sua análise a partir dos anos 90 até os dias atuais. Em sua abordagem antropológica, esse artigo dialoga com os sujeitos na sua trajetória histórica de luta pela terra.

Também nesta perspectiva de resgate do processo histórico, dos enfrentamentos e conquistas obtidas, temos o artigo ***Movimento Social Negro (MSN) e religiões afro-brasileiras: questões identitárias e a promoção da igualdade racial***. Trata-se de parte da pesquisa desenvolvida por Maria Cristina do Nascimento, sob o título: Políticas Públicas com Axé: religiões afro-brasileiras e a promoção da igualdade racial (demandas para a educação do Recife). Nele, a autora se propõe discutir as interfaces e articulações entre o MSN e as religiões afro-brasileiras, e, tecendo considerações acerca de suas participações nas Conferências de Igualdade Racial, busca identificar os avanços, bem como as resistências/desafios a serem enfrentados para a implementação de políticas públicas

voltadas à redução das desigualdades raciais e injustiças sociais, o combate aos preconceitos, discriminações e racismo religioso. O artigo nos oferece um resgate da história do MSN, com ênfase nos anos 70 e 80 do século XX, período em que ao lado da repressão e cerceamento dos direitos civis pelas forças ditatoriais, pôde-se assistir um processo de crescimento e criatividade da cultura e de organizações negras; período também em que o resgate das africanidades, com a afirmação da negritude e do pertencimento religioso afro-brasileiro, se coloca como marca identitária, levando os sujeitos a um posicionamento no espaço público e à participação, de forma propositiva, nas lutas sociais. Neste início de século XXI, é inegável que as religiões afro-brasileiras têm se posicionado no enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa, ocupando os espaços de controle social e de proposição de políticas públicas; entretanto, adverte a autora, muito há por ser feito, o que reforça a importância da articulação em rede do Movimento Social Negro.

Os povos indígenas latino-americanos, em boa hora, são tema de vários artigos desta edição, haja vista os inúmeros projetos de exploração dos recursos naturais (minérios, águas, vento, solos, madeira, micro-organismos etc.), que invadem ou ameaçam invadir os territórios ancestrais desses povos, pondo em perigo também suas ricas culturas. Enfim, o avassalador avanço do capital sobre a Natureza, colocando em risco todos os povos tradicionais da América Latina, mobiliza-nos editorialmente à uma reflexão crítica desse movimento.

Nessa direção, os textos aqui publicados permitem não só desconstruir algumas imagens/ideias que há muito nos são repassadas acerca de suas realidades, mas, compreender as violências de todo tipo as quais vêm sendo submetidos, bem como seus enfrentamentos e vitórias alcançadas.

A começar pelo artigo ***Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional***, da autoria de Edison Hely Silva, que nos possibilita melhor compreensão e ressignificação das imagens e discursos sobre os indígenas brasileiros os quais, na literatura e nos livros de História, não são apresentados como moradores das florestas, de culturas exóticas, algumas vezes belos e ingênuos, em outras, valentes guerreiros e mesmo ameaçadores canibais. Mesmo nas pesquisas acadêmicas anteriores à década de 1980, nos relatos sobre tais povos, especialmente sobre os que habitam o Nordeste, região mais antiga da colonização portuguesa, predomina uma história de vitimização, extermínio, perdas culturais, e que, em função da mestiçagem e da aculturação, seriam povos em processo de extinção. O autor

alerta-nos que tais discursos e imagens, muito mais do que expressão de ignorância e desconhecimento, atendem a diferentes grupos interessados nas terras indígenas, pois, ao negarem as identidades indígenas, omitem seus direitos, particularmente, o direito ao território onde habitam. Neste sentido, ancorado nos estudos mais recentes que evidenciam o protagonismo histórico dos indígenas, o autor se propõe repensar a realidade dos povos indígenas do Semiárido Nordeste na perspectiva de uma História Socioambiental; esta história nos revela que estes povos vêm reafirmando sua herança sociocultural, reelaborando símbolos e tradições e, num contexto de disputas pela terra, conquistando direitos sociais como a educação e saúde diferenciadas. É também sobre as lutas pela conquista do território que trata o artigo ***Religión e Identidad Étnica en la Lucha por el Territorio***, de Eloy Mosqueda. Estas lutas recrudesceram na década de 1990, diante da expansão do modelo capitalista neoextrativista, baseado na apropriação e saqueio dos bens naturais por parte de empresas estatais e privadas transnacionais, levando a uma reação armada dos indígenas do sul mexicano. O autor traz o Exército Zapatista de Libertação Nacional do México como exemplo desta luta e analisa as origens deste Movimento, bem como o papel por ele desempenhado na reconstrução da identidade étnica como forma de superar os mecanismos de dominação.

No artigo ***Pueblo Mapuche, Estado, Economía y Terras. Um Conflito em 'Vaca Muerta': Neuquen (Argentina), 2010-2015***, a partir de testemunhos orais, documentos e material publicado na imprensa, a autora Sabrina Aguirre traz reflexões a respeito da exploração de petróleo e gás sobre a territorialidade indígena, bem como suas repercussões no processo de politização das comunidades, em especial no município de Neuquén-AR, marcado por conflitos sociais com o povo Mapuche. Salienta que a relação desse povo com o Estado é balizada pela colaboração, diálogo e confrontação, tendo em vista as políticas econômicas que afetam a territorialidade indígena. Deste modo, observa a autora, este povo tem vivenciado processos de auto reconhecimento, organização e reagrupamento que, em alguns momentos implicam em alinhamento com os governos provinciais e nacionais e, em outros, são marcados pelo rechaço à colaboração com os agentes estatais.

Seguindo as reflexões sobre a América Latina, mas, especialmente sobre a região amazônica, três artigos nos oferecem elementos para melhor conhecer as especificidades dos povos desta região, assim como suas lutas para garantirem seus direitos, sua terra e a preservação de sua herança cultural. Assim, o artigo ***A Questão Social e o Contexto***

Amazônico de Luiz Felipe Barboza Lacerda e Marília Veríssimo Veronese parte da seguinte indagação: qual é a atual Questão Social da Amazônia? E, para responde-la, articulam o conceito de questão social em Robert Castel às especificidades da América Latina e à realidade da região amazônica do Alto Solimões. O estudo possibilita o entendimento de que a questão social no contexto amazônico assume uma configuração própria, multifacetada, não podendo ser explicada com base na análise global. Os autores enfatizam que a realidade amazônica, marcada pelo colonialismo/colonialidade e, posteriormente, pelo assistencialismo, apresenta-se historicamente vinculada a interesses secundários, de integração comercial de suas riquezas naturais e ocupação populacional de seus espaços de fronteira.

Por sua vez, o trabalho **No Rastro da Cobra-Canoa: religião, cultura e educação no Alto Rio Negro-AM**, da autoria de Roberta Neves de Lima e Renilda Costa, apresenta uma reflexão sobre o impacto ocorrido nas inúmeras comunidades étnicas da região do Alto Rio Negro-AM com a chegada de missionários da Igreja Pentecostal e a demonização de suas tradições por esses missionários. No transcorrer do texto discute-se a questão do trinômio religião, cultura e educação de forma histórica-reflexiva, proporcionando, assim, um aprofundamento histórico acerca dos costumes da cultura indígena da região. O texto conclui as discussões, questionando as concepções educacionais proporcionadas por estas Igrejas Protestantes aos indígenas da região e a “necessidade” criada por esses missionários de afastá-los das suas crenças e costumes, desconectando-os da herança cultural indígena.

Ainda sobre a região amazônica no texto **Indicadores de Bienestar para Pueblos Tradicionales - IBPT: Válidos para Evaluar Impactos del Cambio Climático en Amazonía**, Luis Eduardo Acosta Muñoz parte da constatação de que se, por um lado, temos uma série de estudos sobre os impactos das mudanças climáticas sobre os ecossistemas, por outro, ainda são incipientes as avaliações sobre como repercutem nas estruturas sociais e culturais, especialmente, no que diz respeito às sociedades tradicionais que habitam os bosques úmidos tropicais da Amazônia. Contribuindo para ampliar este tipo de avaliação, o autor inicia resgatando os antecedentes do que hoje conhecemos como o paradigma dos impactos das mudanças climáticas sobre os sistemas, natural e humano. Em seguida, ressalta o papel dos conhecimentos tradicionais relativos à biodiversidade, suas experiências e cosmogonia, os quais podem se constituir numa alternativa para se melhor compreender e lidar com as mudanças climáticas. Apresenta, então, uma abordagem metodológica diferenciada, o IBPT,

que visa a obtenção de informações na Amazônia destinadas a expandirem as avaliações dos impactos das mudanças climáticas nas estruturas sociais. Para o autor, a aplicação dos IBPT na Amazônia permitirá que se obtenha informações sobre os impactos das mudanças climáticas sobre a economia, as estruturas sociais, culturais e de governabilidade; porém, mais que isso, poderá instrumentalizar os Direitos Humanos nas sociedades tradicionais, estimulando a participação comunitária na vigilância sobre os usos que se fará dessas informações e retroalimentando políticas públicas de modo a que melhor se adequem às particularidades sociais, culturais e territoriais das sociedades indígenas.

Voltado mais para questões relativas à vida nos centros urbanos o artigo ***Como o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador trata a questão da Informalidade?***, de Manoel Nascimento, discute o tratamento que foi dado pelo governo da Bahia, através do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, para a questão da informalidade em termos da economia (popular e solidária) e habitacional. Através de uma ampla revisão bibliográfica, o texto apresenta, de maneira detalhada, as ações governamentais desenvolvidas para a retomada da política de preservação do patrimônio arquitetônico tombado de Salvador, as quais tiveram que lidar com demandas da economia informal e por moradias no Centro Antigo da cidade. Com relação à economia informal o autor considera que as ações ficaram restritas à microeconomia e à (re)inserção no mercado de trabalho; já as ações destinadas a combater o esvaziamento imobiliário e a informalidade habitacional terminaram por promover a gentrificação do Centro Antigo de Salvador. Assim, conclui o autor, apesar de terem provocado grande mobilização social, o resultado de tais ações foi pouco eficaz e bastante decepcionante para a população soteropolitana.

Por fim, no artigo ***Criminalização da pobreza e de defensores de direitos humanos*** Valdênia Brito Monteiro nos convida a refletir sobre os percalços enfrentados pelos defensores dos Direitos Humanos; ou seja, por homens e mulheres que, em um contexto neoliberal, com suas inevitáveis repercussões nas relações de trabalho e no recrudescimento do desemprego estrutural e das desigualdades sociais, teimam em dedicar tempo, sonhos e energia na luta pela ética, democracia, valores humanitários e justiça social. A autora demonstra como são construídos e veiculados pela grande mídia estereótipos sobre a pobreza, vinculando-os a criminalidade, incitando o medo e a insegurança na população para, assim, justificar reformas penais mais severas, maior policiamento, mais repressão.

Paralelamente, cria-se também no imaginário social uma imagem negativa dos defensores/ativistas dos Direitos Humanos, desqualificando suas ações e até mesmo “satanizando-as”. Este processo que, na visão da autora, conta com a participação do Legislativo e do Judiciário, visa neutralizar ou impedir os movimentos sociais de atuarem em defesa dos ideais em que acreditam. Visa, ainda, criar obstáculos para que os ativistas não cumpram o papel político de monitorar o Estado, exigindo o cumprimento dos direitos fundamentais. Neste sentido, pontua, a criminalização pode ser considerada uma forma de controle social que fragiliza o Estado Democrático de Direito na medida em que desencoraja a ação na arena política de reivindicação e afirmação de direitos.

Creemos que o conjunto dos textos que compõem esta edição reafirma o compromisso dos *Cadernos CEAS* com a análise crítica da realidade e a sistematização de experiências comprometidas com as transformações sociais. Esperamos que sua leitura possibilite boas reflexões e frutíferos debates, que venham a fortalecer nossa utopia por uma sociedade mais justa e igualitária. Boa leitura!